

Chávez e o “Socialismo Bolivariano”

A propalada promessa de substituição da “democracia representativa” por uma “democracia participativa” tem-se revelado uma falácia através da qual Chávez tem consolidado um regime autoritário.

O CAMINHO DO “SOCIALISMO BOLIVARIANO”

Passou quase uma década desde que, em 1998, Hugo Chávez Frias foi eleito Presidente da República Bolivariana da Venezuela. A ascensão do tenente-coronel ocorreu no contexto de uma profunda crise da democracia representativa, responsável pelo colapso do sistema partidário venezuelano¹. Com efeito, Chávez emergiu como uma alternativa ao desacreditado *status quo*. Contudo, “o que começou como uma vitória eleitoral genuína degenerou gradualmente num simulacro da ordem democrática”². De facto, a propalada promessa de substituição da “democracia representativa” por uma “democracia participativa” tem-se revelado uma falácia através da qual Chávez tem consolidado um regime autoritário.

O caminho daquilo a que Hugo Chávez chama de “revolução bolivariana” passa por uma prática de tentativa de legitimação plebiscitária, não apenas da permanência no poder, mas também das alterações institucionais que permitem moldar a forma como esse é exercido³. Logo após a sua primeira vitória eleitoral foram convocadas eleições para uma assembleia constituinte que tinha como missão aprovar um texto constitucional. A nova Constituição que viria a emanar dessa assembleia atestou a liquidação do anterior sistema partidário e, para além da denominação “República Bolivariana da Venezuela”, introduziu modificações significativas nas regras do jogo institucional.

Com a eliminação do Senado, substituiu-se o anterior modelo bicamaral, passando a existir apenas a Assembleia Nacional. Por seu turno, os poderes presidenciais sofreram mutações, num sentido expansionista. Hugo Chávez foi reeleito em 2000, renovando o seu mandato presidencial, agora por um período de seis anos e com a possibilidade de se recandidatar uma vez.

Os anos que se seguiram a essa eleição não foram tranquilos para o Presidente venezuelano. Em 2002, resistiu a uma tentativa de golpe de Estado, que sucumbiu ao fim de 48 horas. Durante esse mesmo ano e em 2003, enfrentou gigantescas greves gerais que paralisaram o país. Finalmente, em 2004, derrotou um referendo convocado pela oposição com o intuito de o destituir⁴.

Se durante esse período a sua posição não era de todo incontestável, o facto é que, a partir de 2004, Chávez foi consolidando o seu poder na mesma medida em que a oposição se desvanecia. Qual é então o principal factor que contribuiu para a afirmação do Presidente Venezuelano? A resposta pode ser em larga medida encontrada no ciclo do preço do petróleo. O contexto global de procura de recursos energéticos representa um poderoso lubrificante do populismo de Hugo Chávez. Dispondo de imensos recursos financeiros, o Presidente venezuelano tem promovido um conjunto de políticas assistencialistas ao mesmo tempo que assegura a fidelização clientelar dos seus apoiantes e que desenvolve uma prática de punição dos seus oponentes.

Se a esta gestão discricionária dos dinheiros públicos adicionarmos o controlo sobre as instituições, que teriam como missão fiscalizar e moderar os ímpetus populistas, numa lógica de checks-and-balances, torna-se ainda mais claro o quadro em que o “chavismo” se tem afirmado. Desde que a oposição boicotou as eleições legislativas de Dezembro de 2005 a Assembleia Nacional não tem entre os seus membros um único opositor. Foi

O contexto global de procura de recursos energéticos representa um poderoso lubrificante do populismo de Hugo Chávez.

este Parlamento que concedeu ao Presidente uma autorização de poderes reforçados, durante um período de 18 meses, a ter início em Fevereiro de 2007⁵.

Após ter sido reeleito, em Dezembro de 2006, Chávez proclamou: “nada pode parar a revolução”⁶. Para assegurar que a sua providencial missão não seria afectada pelo espartilho de regras que caracterizam as democracias lançou um novo processo de revisão constitucional.

A REVISÃO CONSTITUCIONAL FALHADA DE 2007

O projecto de reforma constitucional sancionado pela Assembleia Nacional a 2 de Novembro de 2007 foi derrotado por referendo no dia 2 de Dezembro. A proposta tangencialmente rejeitada pelos eleitores era um singular catálogo de sevícias ao Estado de direito democrático. Os atropelos aos princípios democráticos perpetuados por Hugo Chávez não são uma novidade, mas a alteração proposta consubstanciava uma nova escalada no seu projecto de poder. Um dos mais veementes alertas lançados a este respeito está expresso num parecer do prestigiado constitucionalista Allan R. Brewer-Carías, Professor na Universidade Central da Venezuela: a reforma em

curso na Venezuela é “inconstitucional e fraudulenta”⁷. Vale a pena determo-nos sobre esta análise. No entender de Brewer-Carías, as modificações à Constituição propostas eram de tal forma profundas que só uma Assembleia Constituinte teria legitimidade para as realizar. Como refere, enfaticamente:

Nesta ocasião, uma vez mais, para sancionar uma reforma da Constituição, utilizou-se fraudulentamente as suas próprias disposições, mas para fins distintos aos estabelecidos nas mesmas, recorrendo-se ao procedimento de “reforma constitucional” (art. 342), mas para produzir uma transformação radical do Estado, desordenar o Estado Social e Democrático de Direito e de Justiça de ordem civil e convertê-lo num Estado Socialista, Centralizado, Policial e Militarista, onde desaparece a democracia representativa, a alternância republicana e toda a ideia de descentralização do poder, se retrocede em matéria de protecção

dos direitos humanos, e se concentra todo o poder na Chefia do Estado, desaparecendo a liberdade económica e o direito de propriedade⁸.

Para Brewer-Carías, esta transformação serviria de base à criação de um ordenamento jurídico que tinha como objectivo: (1) consagrar na Constituição uma doutrina oficial socialista, que se denomina como “doutrina bolivariana”, a qual todos cidadãos têm o dever de cumprir e fazer cumprir, abrindo, por conseguinte, caminho à criminalização da dissidência; (2) instituir um “Estado Centralizado”, sob a capa do “Poder Popular”, eliminando os mecanismos federais e degradando a democracia representativa; (3) legitimar um regime económico estatista, com planificação cen-



tral da economia, eliminação da liberdade económica e desaparecimento da propriedade privada; (4) transformar o Estado num “Estado Policial” repressivo, que assegure o cumprimento da doutrina oficial; (5) instaurar um “Estado Militarista”, sob o poder do Chefe de Estado e que incorpora a “Milícia Popular Bolivariana”.

A crítica é de tal forma demolidora que vale a pena atentar-se em alguns dos sete pontos em que Brewer-Carías divide a sua análise ao texto reformador proposto.

ALTERAÇÕES AOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

O autor sublinha as iniciativas que teriam como objectivo “transformar o Estado democrático, social, pluralista e descentralizado de direito, num Estado socialista centralizado, com ideologia socialista e

doutrina «bolivariana» oficiais, o que é excludente de todo o pluralismo”⁹.

Como explica Brewer-Carías, a expressão “bolivariana”, apropriada numa concepção socialista, estava oficializada em diversos parágrafos do texto referendado, como, por exemplo, no artigo 103.º referente à Educação: “o Estado realizará um investimento prioritário, de acordo com os princípios humanísticos do socialismo bolivariano”. De igual forma, a referência ao Estado Socialista, em contradição com o disposto no artigo 2.º da Constituição, que define a Venezuela como um “Estado democrático e social de direito e de justiça”, está presente em vários momentos, como no artigo 16.º em que se mencionava o “Estado Socialista Venezuelano”¹⁰ ou no artigo 70.º, que referia a participação do povo na “construção do socialismo”.

No plano da organização do Estado, destaca ainda que esta reforma possibilitaria o abandono da disciplina orçamental e da unidade do Tesouro, designadamente com o novo artigo 321.º, no qual se previa que o Chefe de Estado e o Banco Central da Venezuela definiriam as reservas para os fundos que poderiam ser utilizados pelo Executivo Nacional à margem do orçamento.

II

ALTERAÇÕES AO SISTEMA POLÍTICO

No que diz respeito ao sistema político, Brewer-Carías destaca a tentativa de introduzir mecanismos “para transformar a democracia representativa em suposta democracia participativa e protagónica, conduzida pelo Poder Central, limitando as disposições constitucionais relativas à participação política”¹¹.

A evocação do “Poder Popular” é um dos traços mais vinculados do ideário “chavista”. Brewer-Carías assinala o intento de eliminação de dispositivos que asseguram a democracia representativa, nomeadamente ao nível local, e a criação de novas entidades como os Consejos Comunales, cujos membros não seriam eleitos por sufrágio, mas designados por “assembleias de cidadãos” controladas pelo poder central. Era imbuído deste espírito que o artigo 16.º dispunha que o Poder Popular partiria das “comunas” e das “comunidades”:

As comunas serão as células sociais do território e serão formadas pelas comunidades, cada uma das quais constituirá o núcleo territorial básico e indivisível do Estado Socialista Venezuelano, em que os cidadãos e as cidadãs comuns terão o poder para construir a sua própria geografia e a sua própria história¹².

O Poder Popular seria inclusive consagrado, no artigo 136.º, como um dos pilares do Poder Público, a par dos poderes Municipal, Estadual e Nacional, tendo em vista o “autogoverno das cidades”, precisando-se que este poder não adviria de qualquer eleição, mas da condição

de grupos organizados com base na população.

Outra alteração ao nível do sistema político, que se verificaria caso a revisão constitucional tivesse sido aprovada, seria a do alargamento do mandato presidencial e da possibilidade de reeleição indefinida. Brewer-Carías classifica esta iniciativa como a “eliminação do princípio da alternância republicana” e estava consagrada no artigo 230.º do texto proposto.

III

ALTERAÇÕES À CONSTITUIÇÃO ECONÓMICA

Como assinala Allan R. Brewer-Carías, um dos pilares do projecto de Chávez é “transformar um Estado social e promotor da economia mista, num Estado socialista de economia estatal centralizada e confiscatória”¹³. A redacção proposta do artigo 112.º eliminaria na prática a liberdade económica, ao consagrar a “preponderância dos interesses comuns sobre os individuais”¹⁴, e conferindo ao Estado um papel dominador na definição das actividades económicas.

Paradigmático desta doutrina de limitação da liberdade económica é o artigo 115.º, em que a menção à propriedade privada é a última de uma peculiar enu-



meração das diferentes formas de propriedade, que inclui a propriedade pública, social, social indirecta, colectiva e mista. No mesmo artigo, era garantida a possibilidade de restringir o direito de propriedade: Igualmente, toda a propriedade, estará submetida a contribuições, impostos, restrições e obrigações que a lei estabeleça com fins de utilidade pública ou de interesse geral. Por causa da utilidade pública ou do interesse social, mediante sentença firme e pagamento oportuno de justa indemnização, poderá ser declarada a expropriação de qualquer classe de bens, sem prejuízo da faculdade dos órgãos do Estado de ocupar previamente, durante o processo judicial, os bens objecto de expropriação, conforme os requisitos estabelecidos na lei¹⁵.

O FIM DA REVOLUÇÃO?

A tentativa de reforma constitucional de 2007 configurou mais uma manobra de Hugo Chávez para instaurar um regime autoritário. Com um forte cariz populista e sob a máscara do “socialismo bolivariano”, o Presidente Venezuelano busca a perpetuação no poder. Apesar de Chávez reclamar o contrário a Venezuela é hoje menos democrática do que era antes de 1998.



A proclamação da “democracia participativa” tem servido de álibi à reiterada intenção de derrubar as instituições da “democracia representativa” e do Estado de direito democrático. Esta política tem sido fortemente apoiada por programas assistencialistas e por práticas clientelares alimentadas pelas gigantescas receitas públicas do petróleo. Chávez cultiva uma lógica de confronto com os seus opositores, ao mesmo tempo que mobiliza todos os recursos para os silenciar.

Nas palavras de Corrales e Penfold: “Chávez está a criar o que muitos pensadores liberais clássicos mais temiam: uma tirania da maioria”¹⁶. Para outros observadores, trata-se apenas de tentar reunir as condições necessárias para estabelecer uma ditadura. Mas será que a rejeição do projecto de reforma constitucional no referendo de 2 de Dezembro decretou o fim da revolução?

No rescaldo do resultado da consulta popular, Hugo Chávez declarou que, apesar de reconhecer a derrota, iria continuar a trabalhar para lograr a aprovação das reformas, num claro sinal de que a lógica de confrontação revolucionária continuará a ser utilizada como forma de alcançar o caminho para o “socialismo bolivariano”.

¹ Brian F. Crisp e Juan Carlos Rey, J.C. (2001). “The sources of Electoral Reform in Venezuela”. In M. S. Shugart e M. P. Wattenberg (Eds.). *Mixed Member Electoral Systems The Best of Both Worlds?* (ed. Paperback 2003). Nova Iorque, Oxford University Press, pp.173-193.

² Hector E. Schamis, “Populism, Socialism, and Democratic Institutions”, *Jornal of Democracy* Volume 17, n.04, Outubro de 2006, pp. 31.

³ Scott Mainwaring, “The crisis of representation in the Andes”, *Jornal of Democracy* Volume 17, n.03, Julho de 2006, pp. 13- 27.

⁴ Idem, pp. 20- 34.

⁵ Javier Corrales e Michael Penfold, “Venezuela: crowding out the opposition”, *Jornal of Democracy* Volume 18, n.02, Abril de 2007, pp. 99-113.

⁶ Idem, p.110.

⁷ Allan R. Brewer-Carías. “Estudio sobre el proyecto de Reforma Constitucional 2007 (Inconstitucional y fraudulentamente sancionado el por la Asamblea Nacional el 2-11-07)”, disponível em: www.allanbrewercarias.com

⁸ Idem, p.12.

⁹ Idem, p.16.

¹⁰ Decreto da Assembleia Nacional da República Bolivariana da Venezuela, Reforma da Constituição da República da Venezuela, artigo 103o.

¹¹ Allan R. Brewer-Carías, cit., p.16.

¹² Decreto da Assembleia Nacional da República Bolivariana da Venezuela, cit., artigo 16o.

¹³ Allan R. Brewer-Carías, cit., p.16

¹⁴ Decreto da Assembleia Nacional da República Bolivariana da Venezuela, cit., artigo 112o.

¹⁵ Idem, artigo 115o.

¹⁶ Javier Corrales e Michael Penfold, cit., p.100.